



“GRÁVIDAS HISTÓRIAS”: A MULHER MILITANTE NA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Joyce Alves da Silva¹

Leandro Rodrigues Nascimento da Silva²

RESUMO

Este artigo aborda a história da luta das mulheres durante e contra a Ditadura Militar no Brasil. Como recorte temporal, nos ateremos aos anos de 1964 – com breves reflexões sobre anos anteriores para efeito de ligação dos fatos que nos levaram ao golpe do ano citado – a 1979. Este estudo foi realizado com base na abordagem da pesquisa qualitativa bibliográfica. Nosso objetivo-chave é contribuir para a percepção de como eram vistas as mulheres militantes que ora precisavam fazer frente ao autoritarismo militar, e ora precisavam fazer frente ao conservadorismo também adotado em parte por algumas organizações de esquerda.

Palavras-chave: Ditadura Militar; História das Mulheres; Feminismo; Gênero.

ABSTRACT

This article addresses the history of women's struggle during and against the Military Dictatorship in Brazil. As a time frame, we will focus on the years 1964 – with brief reflections on previous years for the purpose of linking the facts that led us to the coup of the aforementioned year – to 1979. This study was carried out based on the approach of qualitative bibliographic research. Our key objective is to contribute to the perception of how militant women were seen, who sometimes needed to face military authoritarianism, and sometimes needed to face the conservatism also adopted in part by some leftist organizations.

Keywords: Military Dictatorship; Women's History; Feminism; Gender.

¹ Possui graduação em Letras (USP) e em Pedagogia (Uninove); Mestrado em Letras pela USP; especialização em Arte-educação pela UnB e Doutorado e Pós-doutorado em Educação pela USP. Professora do Departamento de Educação e Sociedade (DES) e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente é Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Estudantis e Coordenadora da Comissão Permanente da Política Institucional pela Diversidade, Gênero, Etnia/raça e Inclusão (CPID). É membra da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC). É líder do LEGESEX - Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades (UFRRJ/CNPq). Suas investigações versam sobre corpos, sexualidades e gênero na escola, na perspectiva da Educação em Direitos Humanos.

² Doutorando em Educação, pesquisador e vice-coordenador do Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidades (LEGESEX) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É mestre em Educação pela UFRRJ; é especialista em Educação e Divulgação Científica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ); é especialista em Literatura Brasileira pela Faculdade de Educação São Luís (FESL); especialista em Educação do Campo (FESL); especialista em História e Cultura Afro-Brasileira (FESL); é especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES); especialista em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidades pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ); e especialista em Educação Especial e Inovação Tecnológica pela UFRRJ. Atualmente é professor substituto na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lecionando a disciplina de Didática e Prática de ensino de Língua Portuguesa e Literaturas.



Introdução

De modo geral, eu diria que o interdito, a recusa, a proibição longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas ou extremas. As relações de poder são, antes de tudo, produtivas. (Foucault, 2006, p. 236)

Partindo da ideia do filósofo Michel Foucault (2006) que abre nossas primeiras palavras neste estudo, gostaríamos de partilhar do mesmo pensamento teórico sobre as relações de poder para também avaliarmos essas interações nas ações dos automeados “Movimentos de Libertação” da segunda metade do século XX no Brasil. Esses movimentos eram compostos por organizações civis que podemos identificar como grupo de mulheres feministas, coletivos negros, militantes pelos direitos dos homossexuais e uma outra parcela de agentes políticos influenciados pelas ideias de Karl Marx, que almejavam fazer uma ruptura revolucionária contra o sistema capitalista, bem como com a sua visão colonialista, e com a instauração da Ditadura Militar no Brasil. Com um contingente vultoso de estudantes secundaristas exigindo a volta do sistema democrático e a libertação de seus corpos e desejos. Esses/as jovens foram as vítimas principais do regime militar. Mas, como consta na epígrafe anteriormente citada, o poder é antes de tudo produtivo, e quando o poder repressor se instaurou no Estado brasileiro, ele também fez aflorar lutas de marginalizados/as que aos poucos foram ganhando corpulência, saindo da penumbra da “moralidade” e, mesmo que diante da tortura e da morte anunciadas para os/as insurgentes da ordem, se puseram nas ruas, nas universidades, nas escolas, nos sindicatos e nos partidos políticos alternativos.

A história da Ditadura Militar brasileira é sem margem de dúvida a história oficial de homens. Oficialidade histórica que é construída por meio de discursos engendradores de sujeitos localizados no tempo-espço. Nos anos de 1964 a 1979 é recorrente a narrativa da participação masculina na vida política do país, seja na figura do opressor, ou do insurgente que luta pelo reestabelecimento do regime democrático. Talvez porque resida nas sociedades orientais e ocidentais uma concepção do exercício da masculinidade que exija dos homens a tomada das rédeas em situações de conflitos, administrativas e burocráticas. O corpo do homem é tomado por uma noção que o “essencializa” para ocupar o lugar de poder. Assim o foi com a figura do rei, do líder, do papel desempenhado pela figura do pastor de ovelhas – seguido por um rebanho de indefesos/as – que grassam



exemplos na literatura homérica, bem como nos textos do Baixo Império se quisermos falar de cultura clássica (Foucault, p. 79, 1990). Pode-se afirmar que pelo menos nos textos gregos e romanos essas imagens de poder de um líder másculo à frente de seu rebanho está ausente – o que não anula o fato dela aparecer de outras maneiras representada –, mas o mesmo não é verdade nas sociedades orientais antigas, as quais podemos arrolar como exemplo as da(o): Judéia; Egito; e Assíria.

A posição do faraó era a de um pastor à moda egípcia. Nos ritos de coroação ele recebia das mãos do sacerdote um cajado que lhe serviria para guiar seu povo; não tão distante dessa mesma ideia, o monarca babilônio recebia condecorações que o reconheciam como “pastor de homens” – e de mulheres e crianças, obviamente. Apesar de todos os exemplos que possamos elencar, coube por excelência ao povo hebreu aprofundar e conferir maior sentido à ideia do masculino como sendo o pastor, relacionando Deus a Rei, mas um Rei único e celestial; com uma exceção de transmissão de poder conferido a um homem na terra, o fundador da monarquia: Davi. Davi era o único que poderia ser reconhecido como o rei que fora por Deus escolhido e o seu poder seria também transmitido a outros reis – todos também homens (Foucault, p. 79, 1990). O que desejamos argumentar é que via cultura clássica, via cultura popular, o homem é produzido por pretensos discursos “verdadeiros” arqueologicamente identificáveis que fazem da nossa razão política e da história social a narrativa memorialista do sexo masculino, como em paráfrase anterior foi dito.

Portanto, nos interessamos neste artigo em discorrer sobre as vivências de sujeitos políticos tidas como não-pastoras, não-principais, não-protagonistas, mas que fizeram de fato e de verdade o maior movimento de política do século XX acontecer: o feminismo; e surgir uma onda de contracultura que fez a esquerda mudar seus métodos de combate, fez recuar o regime militar, fez oposição sem o cajado do pastor e transgrediu a esfera do lar por entender que o público também fazia parte de si; interessa-nos, portanto, a luta das mulheres que transformaram suas questões em feminismo. Para nos auxiliar a pensar os anos de 1964 a 1979, bem como o avanço da teoria feminista no Brasil e a participação ativa da mulher no cenário político brasileiro, utilizaremos as pesquisas de Ana Maria Colling (1997; 2019; 2021); de Guacira Lopes Louro (2014); de Maria Lygia Quartim de Moraes (2015); e também de Joana Maria Pedro (2015). Para termos uma visão panorâmica do cenário político-partidário dos já citados anos, bem como de anos



anteriores a fim de que melhor se compreenda a sucessão dos fatos, nos valeremos dos estudos e obras de Francisco de Assis Silva (1992); de Emir Sader (1995); de Ronaldo Costa Couto (1998); e de Daniel Aarão Reis (2000). Daqui partimos para contar grávidas histórias de mulheres militantes no ínterim da repressão.

1. Preâmbulos inextricáveis da ditadura militar no Brasil

Nesta primeira interpretação, o que deve ser redefinido são os termos do problema: o poder se revestiu de uma nova roupagem, as formas de reprodução das relações sociais se diversificaram, as modalidades de hegemonia sofreram mudanças significativas e, assim, a luta pela transformação da sociedade conforme os ideias que caracterizam a esquerda deve receber atualizações devidas. Mudanças de estratégia, de formas de organização e de ação, de alianças, de temas ideológicos e de objetivos. (Sader, 1995, p. 175)

Tendo como ponto de partida a epígrafe que ora abre esta subseção, epígrafe essa com férteis e lúcidas palavras do professor Emir Sader, que tece importantes considerações sobre a história da esquerda – e da direita – no Brasil, na obra intitulada “O Anjo Torto”, é que desejamos desenvolver nossas primeiras argumentações sobre o tema proposto. A partir dos anos 1964 até os idos 1979, a esquerda e a direita sofreram mudanças de toda sorte no campo ideológico, ético e político. Com a derrubada de João Goulart em abril de 1964 por forças civis-militares, desferiu-se no país um golpe que duraria tenebrosos 21 anos (Reis, 2000; Sader, 1995). A vitória do movimento civil-militar pôs fim ao programa de governo nacional-estatista que Goulart assumira como emblema de sua gestão política. O golpe pôs também fim ao curto gosto de experiência democrática na sociedade brasileira que havia surgido logo após o fim do Estado Novo, nos anteriores anos de 1945. Permita-nos, leitor/a, voltar anos antes da posse de Jango para que se compreenda melhor a sucessão dos fatos. Eleito em outubro de 1960, Jânio – apelido de Jânio Quadros [atenção para não confundir Jânio com Jango] – conseguiu a vitória de maneira democrática amalgamando discursos contraditórios de forças que lhe pareciam imprescindíveis para uma maior articulação, como, por exemplo, discursos endereçados a agradar um contingente considerável de trabalhadores/as, de oligarcas liberais, bem como discursos endereçados a agradar a classe média. Jânio buscava essa muito improvável articulação por saber do sentimento incômodo que grassava na



sociedade brasileira com o desapontamento da desaceleração econômica tão inesperada se comparada à euforia do crescimento da segunda metade de 1950 (Silva, 1992).

Esse crescimento, provocado pelo modelo desenvolvimentista, parecia ter se tornado o contrário do que era antes, fazendo a inflação disparar dantesicamente e desferir o descontrole típico de épocas cujas transformações se fizeram de maneira vultosa e acelerada. O corolário desse processo de desaceleração, taxa de desemprego acentuada e outros motivos mais, fizeram surgir na sociedade um caldo cultural negativo contra os partidos políticos que até então disputavam as rédeas do país. Por outro lado, os políticos endossavam o discurso da mudança radical no rumo das coisas, e desse grupo fazia parte Jango – apelido de João Goulart, o vice-presidente de Jânio Quadros. Diante da delicada situação, o presidente Jânio Quadros renunciou em 1961 e a sociedade brasileira ficou sob a tensão de uma guerra civil (Sader, 1995). No lugar de Jânio, quem assumiu a presidência fora Jango, que era o líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Porém, os ministros militares que estavam e orbitavam o governo deram os primeiros sinais de que um golpe estaria em curso quando tentaram impedir que o então vice-presidente ocupasse o seu lugar assegurado por legalidade constitucional. Com a mediação ímpar de Leonel Brizola, que à época era governador do Rio Grande do Sul, as partes envolvidas no conflito político acordaram em recuar, e João Goulart assumiu o governo no dia 7 de setembro de 1961, com uma proposta de reformas de bases que atenderiam aos anseios dos/as trabalhadores/as rurais e urbanos/as, bem como parte das reivindicações das organizações de esquerda.

Porém, os militares golpistas que tentaram impedir, anos antes, a posse de Jango, não tinham sido punidos e, nos bastidores, agiam contra um governo e um Parlamento já enfraquecidos. A precipitação do autoritarismo ganhava concretude a cada dia e, para os golpistas se insurgirem, bastou um comício de Jango, no dia 13 de março de 1964, em frente à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro – evento que contou com a participação de mais de 300 mil pessoas – para estourar e se instaurar a Ditadura Militar no Brasil (Reis, 2000; Colling, 1997).

No comício, Jango decretou a nacionalização das refinarias privadas de petróleo, decretou o início da reforma agrária desapropriando as terras que ficavam em torno dos largos açudes públicos, e as que ficavam às margens de ferrovias e rodovias. A desapropriação se faria mediante compensação efetiva e prévia, o que desagradou parte da elite, setores da classe média e da ala militar. Em resposta ao “audacioso” ato, seis dias depois do suntuoso comício, no dia 19 de março, toda a direita paulista se reuniu – com



Imagem 1: Comício em frente à estação da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil. Fonte: <https://portaldisparada.com.br/politica-e-poder/1964-jango-nacional-trabalhista/>. Acesso em: 19/03/2021.

inclusão de Ademar Barros, então governador de São Paulo – em marcha, cujos figurantes eram empresários, religiosos/as católicos/as, militares e pessoas comovidas pelo movimento que viam no projeto político de Jango um iminente perigo da instauração de um sistema comunista no país. A mobilização a que falamos se automeava “Marcha Pela Família com Deus pela Liberdade” (Silva, 1992; Colling, 1997; Couto, 1998).



Imagem 2: Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Fonte: <https://portaldisparada.com.br/politica-e-poder/1964-jango-nacional-trabalhista/>. Acesso em: 19/03/2021.

Assim, com também um contingente expressivo, mais de 300 mil pessoas na rua, São Paulo já era palco preparado para a derrubada de João Goulart e o desmonte total de um projeto político que mirava na diminuição das desigualdades econômicas e sociais. Nos seguidos dias as tensões só se acirravam ainda mais. Entre os dias 25 e 27 os marinheiros se declararam em assembleia permanente, fazendo de maneira literal uma greve “sindical” e não mais retornaram aos seus postos de trabalho, todos instigados contra o governo pelo cabo Anselmo. Ao todo a assembleia contou com 1.200 militares do já referido seguimento das forças armadas. Mais uma teimosa vez João Goulart não aplicou punição aos revoltosos. Muito pelo contrário, ao “motim dos marinhos” ele anistiou diversos de seus integrantes. Não satisfeitos com a atitude, os poucos oficiais que ainda lhes prestavam lealdade abandonaram-no à própria sorte. Isolado e sozinho, a vulnerabilidade do governo de Jango era clarividente. Em Minas Gerais, os generais Olímpio Mourão Filho e Luís Carlos Guedes, apoiados pelo então governador do estado – Magalhães Pinto – conclamaram de Minas o Brasil para um grande levante que deporiam João Goulart, colocaria “ordem” na casa, organizaria a economia claudicante desde os tempos de Jânio Quadros e elevaria o Brasil a um patamar de respeitabilidade internacional (Silva, 1992).

Logo após o levante, o apoio de governadores de várias partes do Brasil se fez ágil. Ademar Barros que havia marcado presença na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi um dos primeiros a aderir ao golpe. Logo após, se fazia oficial o apoio de Carlos Lacerda, então governador do Estado da Guanabara. Sem uma base política,



militar, civil que pudesse dar sustância ao governo vigente, a queda era inevitável. Fugindo para o Rio Grande do Sul, João Goulart de lá partiu como exilado para o Uruguai, país no qual acabou falecendo, tendo posteriormente seu corpo trazido para o Rio Grande do Sul para ser velado e enterrado em São Borja, sua cidade natal. O jogo da democracia havia acabado, o Brasil estaria fadado, pelos próximos 21 anos, a viver sob a mão de ferro e chumbo do regime militar. E assim começam as lutas políticas e sociais que marcariam as últimas décadas do século XX (Colling, 1997; Moraes, 2015; Pedro, 2015).

2. O (não) lugar da mulher na ditadura militar

Escrever um texto sobre mulheres é lidar com sombras, com desejos masculinos sobre mulheres, com o imaginário masculino, com representações. É descobrir que um corpo se produz tanto do imaginário que existe em torno dele, a que ele próprio adere através de seu consentimento, como das variadas práticas que se articulam em espaços definidos, em ritmos, em modos de vestir e de utilizar a língua, em leituras, em gestos, em olhares permitidos e proibidos. (Colling, 2021).

O século XX foi de grandes transformações, inovações, rupturas – políticas, morais, científicas – que culminaram em maneiras diferentes de como as pessoas usavam o corpo nos espaços públicos e privados, bem como se valiam do exercício de uma série de ideologias que antes lhes eram negadas: caso típico das mulheres, sempre muito cerceadas da participação política (Colling, 2021). O feminismo, nesta perspectiva, será o grande movimento-chave para a libertação da mulher e para introduzi-la como cidadã atuante diante do autoritarismo da Ditadura Militar no Brasil. Posteriormente, como afirma a epígrafe que abre esta seção, também será um movimento que ajudará a resgatar as histórias das mulheres das “sombras”.

Com o apoio de outras mulheres pensantes da luta feminista, grupos de jovens e senhoras passaram a evocar suas ancestrais como Simone de Beauvoir, Betty Friedan Mary Wollstonecraft que diziam que a emancipação da figura feminina não era uma questão de felicidade, mas de liberdade. Essa noção de liberdade, mais tarde, será revista pelas feministas negras, como é o caso de bell hooks (2019) que vai questionar a “liberdade” que só era exigida e pela qual se lutava em nome da mulher branca. Daí dizer hooks que tão facilmente, nas décadas de 1980 e 1990, o feminismo foi cooptado pela lógica liberal, fazendo surgir, nos Estados Unidos da América, grupos feministas que se diziam liberais.



Essa visão é muito criticada por bell hooks (2019) justamente por ser o liberalismo a doutrina política do individualismo, do bem privado em detrimento do bem público, o que implica uma desconexão com as bases da luta feminista que, diferentemente do que muitos pensam, não visa apenas liberar a mulher de postulações errôneas e engessadas acerca do gênero e da sexualidade, mas também visa libertar o homem. Assim, a luta feminista, para hooks (2019), é coletiva e compreende os homens como parceiros neste processo. A este pensamento soma-se as contribuições de Mary Del Priore (2014), em palestra proferida no Seminário de Cultura e Realidade Contemporânea, cujo tema de fala era “Sexualidade e Erotismo na História do Brasil”, a qual afirma que “o machismo se inicia em casa, no leite da mamãe” (Priore, 2014). O que ela deseja dizer é que enquanto as mulheres mães não modificarem as suas relações com os seus filhos, eles continuarão a se tornar, de berço, homens machistas. Para a historiadora, é preciso que se desmame o homem da representação servil em que ele está acostumado a ser criado por outras mulheres quando essas, por exemplo, os impedem de arrumar suas camas, prontarem suas roupas para um passeio simples, ou lavarem a louça após o jantar.

Dessa maneira, se Mary Wollstonecraft (2020), em 1792, já acordava que a luta feminista – naquele período ainda não havia a palavra “feminista”, podemos falar em luta feminina em sincronia com as percepções temporais de Mary – compreende os homens, bell hooks (2019) concluirá na obra “Teoria Feminista: da margem ao centro” que essa luta só pode ser de caráter socialista. O que de certa maneira é ratificado por Mary Del Priore (2014). O esforço se volta não só para as questões de gênero, mas para as questões de gênero impostas por um sistema político-econômico desigual: o capitalismo. Assim, voltados contra o sistema econômico e também político de 1964, é que os grupos feministas serão acusados de quererem a supremacia das mulheres em detrimento e rebaixamento dos homens; serão também acusados de subverterem a ordem natural e familiar instituída por Deus para o bem de toda a sociedade e perpetuação da espécie humana (Saad, 2010).

Essas acusações infundadas e falaciosas, que não encontram plausibilidade na literatura produzida desde o século XVIII pelo movimento de mulheres – que deve ser entendido bem antes de a existência de um grupo organizado, com cartazes em mãos reivindicando direitos contemporâneos – encontravam apoio em homens, e também em mulheres, conservadores/as e que em grande maioria estavam ligados/as a setores da



direita brasileira. Isso não quer dizer que não houvesse na esquerda tentáculos conservadores que fossem barreiras bastante relutantes no que tange à admissão dos direitos das mulheres tais quais os dos homens. Mesmo sob essas acusações, o movimento feminista não parou de proclamar que a mulher agora sabia dizer “não”. Dizia e não mais seria servidora incondicional do homem e a sua fiel procriadora para todo o sempre, ou até que a morte os separasse (Colling, 1997; Saad, 2010; Mary, 2014).

As transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 60, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político. Não se trata apenas da conquista de espaços significativos no mercado de trabalho e na universidade; é um processo marcado pela crescente conscientização e participação política da mulher. (Colling, 1997, p. 48).

Como afirma a citação anterior, a mulher passa a ser concebida como um sujeito político, mas ainda assim com uma defasagem qualitativa se comparada à figura masculina para os agentes da Ditadura. É no movimento estudantil que muitas vão ingressar na luta contra a censura e também ajudarão na luta armada, como fica evidente nos filmes “O que é isso Companheiro” (1997), no filme “O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias” (2006), e no documentário “Verdade 12.528” (2013). Ao ingressar nos movimentos estudantis, oficialmente a mulher estava apta a militar, o que não significava apenas fazer os trabalhos cotidianos das organizações, mas, antes de tudo, significava estudar. As pesquisas de Colling (1997) nos mostram que o estudo era uma das preocupações das ex-militantes entrevistadas por ela. Em todas as entrevistas a preocupação eram as mesmas, que sem ter uma teoria revolucionária não haveria revolução.

A importância dessa constatação é significativa para grupos progressistas da atualidade que buscam sua emancipação, como é o caso dos movimentos negros e LGBTQIAP³. Não há revolução sem estudo. Militância é muito mais do que uma tarde de protestos na avenida central da cidade, muito embora isso seja importante e compilador de parte do processo. Militância é possuir senso hierárquico para que se possa aprender com a geração anterior, e, aprendendo, se possa aprimorar as táticas e as manobras revolucionárias que se almejam. Em um dos relatos colhidos por Ana Maria Colling

³ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/transsexuais, Queers, Intersexos, Assexuais, Pansexuais, + (outras identidades).



(1997), uma entrevistada afirma ter-se tornado militante a partir dos escritos de Trotski, o qual, segundo ela afirma, era um bom escritor e poeta. Aqui salientamos também a poesia – literatura ficcional – como parte integrante e fértil do convencimento e conscientização das massas à luta revolucionária.

A prisão era um aspecto permanente no imaginário dos opositores do regime militar, como fica evidente no filme “Batismo de Sangue” (2006), mas para as mulheres essa prisão era aterrorizantemente emoldurada por acometer diretamente a relação familiar daquelas que foram ou que poderiam ser presas. No filme “Elis” (2016) essa relação pesada para a mulher será muito bem explorada quando a cantora Elis Regina, após a prisão do seu amigo Henfil, também é levada obrigada pelos militares a um quartel para cantar em um evento do batalhão, em rede nacional, para o regime. A parte do filme aqui explorada mostra a cantora chegando em casa e não encontrando o seu filho, o qual só será entregue novamente se ela cumprir o desejo dos militares de ouvi-la cantar no dia da cerimônia já citada. Sem opção, vendo a sua família correr risco, a cantora se apresenta em rede nacional para os militares e é duramente criticada por parte da população artística contrária ao regime.

Sobre o corpo da mulher negra também será impresso no período do golpe uma marca já existente na sociedade brasileira, a do racismo, o qual produz o corpo da mulher negra sempre de maneira devassa, desprovido de moralidade e mais desvalorizado do que o corpo da mulher branca. É o que conta a cantora Elza Soares em sua biografia intitulada apenas de “Elza”, escrita por Zeca Camargo e publicada em 2018. Muito embora a cantora citada não tivesse feito parte direta do enfrentamento ao regime, só por se relacionar com Mané Garrinha, famoso jogador de futebol e casado à época com Nair, no civil, Elza ficou na mira do regime militar até que teve a sua casa invadida na Ilha do Governador por agentes da Ditadura e, logo após o ocorrido, teve de se mudar para Roma e viver por anos exilada (Camargo, 2018).

Esse fato demonstra como a Ditadura não criou um suporte de depreciação da mulher, ou inventou novos métodos de regulação da sua sexualidade, ela se valeu dos estereótipos que já existiam, cabendo, portanto, somente apelar ao pânico moral demonizando a pílula anticoncepcional, a minissaia, os congressos estudantis nos quais as mulheres que participavam estariam, supostamente, atrás de homens etc. Porém, retornando à ideia da prisão ou do exílio para as militantes como possibilidade



permanente, a relação da mulher com esses dois conceitos de estado de cerceamento de liberdade pode ser avaliada de duas maneiras: a política e a familiar, como dissemos.

No primeiro caso, as relações entre as militantes e a sua própria família não raras eram desfeitas, ou reduzidas a simpatias consanguíneas pouco admiráveis. Queremos dizer que quando uma jovem optava por ser militante, havia duas possibilidades de sê-lo: escondendo o segredo da família, ou revelando a sua condição e assumindo os riscos, inclusive, de ser posta para fora de casa. Isso porque o pensamento coletivo de 1964 não concebia mulheres na política. Ainda mais lutando contra homens armados até os dentes e treinados para os conflitos bélicos. Como salienta Colling (1997), devemos considerar a relação dessas mulheres com os seus filhos, que, de acordo com a pesquisa empreendida pela referida autora, muitos filhos dessas mulheres moravam com os avós. Essa separação era uma tática utilizada pelas militantes para evitarem que os seus filhos fossem presos – mesmo sendo crianças – e até torturados para que as suas mães delatassem os seus companheiros de luta.

Contraditoriamente, o regime que defendia Deus, Pátria e Família, como se viu na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (Sader, 1995; Ferreira, 1996; Colling, 1997; Couto, 1998; Reis, 2000; Moraes, 2015), foi um regime que separou mãe e filhos, mulheres e homens, e os submeteu ao poder de fogo do revólver e do chumbo. Esse afastamento que as militantes davam de suas casas não visava, para as mais jovens, proteger apenas os seus filhos, caso tivessem, mas seus pais e avós, os quais também ficavam sob constantes ameaças. É curioso notar que o efeito contrário de separação que o regime engendrou na sociedade brasileira, a partir dos anos 80, será revertido pela sociedade. Esta começa a perceber o mal-estar existente pela instituição do regime, a hiperinflação pela qual passava o país, o gradativo desmatamento da região amazônica – a convite dos próprios militares, que convidavam estrangeiros a explorar a região com semântica de exotismo em suas propagandas no rádio – e o decadente método de ensino introduzido pelos militares.

Esse amalgamado fará com quem mães e avós, que antes não tinham nada a ver com a política e os movimentos de contracultura, se alinhem pela derrubada do regime, visto que seus filhos, netos e maridos sumiam sem dar explicações e o Estado era o promotor desse sumiço. Assim, como as Mães da Praça de Maio argentinas, que bravamente lutaram contra a repressão em seu país, as mulheres brasileiras vão às portas



das delegacias exigir a soltura de seus familiares. Isso pode parecer pouco relevante para um regime tão truculento, mas basta pensarmos que a figura da mãe possui, na sociedade brasileira, muito sentido e até melancolia. Afinal de contas, diante dos agentes da Ditadura não estava um advogado de uma Corte Suprema Internacional, tampouco um advogado particular de família. Ali, na porta da delegacia, estava uma mãe, uma mulher como tantas outras, como as outras mães dos militares que ali estavam e que, não raro, sabiam onde é que estavam os filhos das reclamantes. De acordo com Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira (1996, p. 63):

A sobrevivência em tal situação-limite parece ser um fato que se situa fora do pacto social ou da própria cultura, embora não se trate exatamente disso. As experiências dessa ordem são, ao contrário, o resultado paroxístico de determinadas condições históricas e culturais, estando inseridas num determinado contexto que permite a exacerbação da violência e o afrouxamento dos controles sobre as motivações destrutivas. Em outras palavras, não bastam apenas convicções ideológicas radicais, nem predisposições psíquicas singulares para as práticas do horror. De fato, nunca houve horror de que o homem não fosse capaz. Entretanto, o que se verifica ao longo da história é que, em certos momentos, criam-se determinados mecanismos sociais que instrumentalizam e operacionalizam tais práticas. Trata-se, por assim dizer, da emergência de dispositivos para uma burocratização do horror. Esses procedimentos garantem eficácia nas práticas e em sua própria reprodução, desembocando em experiências como os campos de concentração ou os porões da tortura.

A autora nos mostra que a sobrevivência em situações-limite provocam também mecanismos de sobrevivência próprios dos dois lados em disputas. No caso do regime militar criou-se uma espécie de perseguição e de punições jamais visto nas Repúblicas brasileiras – na antiga, na segunda e na república contemporânea –, no lado oposto, ou seja, no daqueles/as que faziam oposição à censura, a luta armada como alternativa à falta de direitos civis. É importante salientar essa criação burocratizada, ou inventiva da tortura, como nos diz Ferreira (1996), para lançarmos o olhar nos porões da tortura. Neles, diferentemente da tortura imposta aos homens, as mulheres eram encapuzadas, submetidas a sessões de gritos, risos e palavras de homens que, ao redor da vítima, urgiam impropérios e ameaças com as quais a mulher já sabia conviver e temer, a exemplo, ser ameaçada de estupro. Veja-se que na situação da mulher, posta numa sala sem saber ao



certo a localidade, nua, despida diante de vozes masculinas, tentando cobrir seu corpo de maneira inútil, qualquer movimento realizado pela própria vítima era uma violência.

Se se abaixasse até a altura das nádegas curvando a coluna para frente a fim de tentar cobrir as partes íntimas frontais, muito provavelmente ficaria numa posição desconfortável. O mesmo ocorreria se se optasse por cobrir o nu costal. Se optasse por cobrir com uma mão o frontal e com a outra o costal, os seios estariam de fora, podendo ser tocados, alisados e até mordidos por alguns dos agentes que estavam na sala participando do espetáculo lamentável da tortura. Ou seja, o que não era tortura física, era tortura psicológica que se imprimia no psiquismo, e despertava o corpo para o perigo, deixando a mulher presa a um ápice de pânico (Colling, 1997).

Na seção a seguir, discorreremos um pouco mais sobre essas formas de torturas entretecendo o nosso diálogo com as análises do filósofo Michel Foucault (2006) sobre o caráter psíquico do poder e o seu desenrolar nas perpetrções das violências em decorrência dos gêneros, que, como visto na citação que fizemos à Ferreira (1996), paradoxalmente, são frutos de vivências sociais já estabelecidas na cotidianidade que só ganham notoriedade em situações-limite. Dito de outro modo, há violências que já nos acostumamos a vivê-las, porém, quando salientadas também em parte pela própria espetacularização evocada pelo lugar – os porões da Ditadura – ou do momento histórico, aí tornamo-nos conscientes delas como se antes elas não houvessem, e, pelo que dissecamos, a violência machista contra mulheres e os instrumentos sexistas já existiam.

3. Esmiuçando a repressão estabelecida pela ditadura no corpo feminino

Frequentemente, estudiosos de via culturalista atribuem o autoritarismo à origem ibérica da colonização. Contra essa perspectiva, mais vale a interpretação de Roberto Schwarz sobre as peculiaridades de uma sociedade na qual o liberalismo político se instala sobre uma economia escravagista. Os traços do autoritarismo foram, sem dúvida, reforçados com o golpe de Estado de 1964, paradoxalmente batizado com nome de 'revolução'. (Chauí, 1986, p.48).

Esse retorno do autoritarismo com o golpe de 1964 – do qual nos fala Marilena Chauí na epígrafe anterior, cujas origens são escravocratas, e assim o são porque ainda vivemos em uma sociedade em transição, como bem nos lembrou Paulo Freire (2006) –



vitimou as mulheres mais atrozmente que os homens pelo simples fato delas serem mulheres. “A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo” (Freire, 2006, p. 51). E foi nesse processo de dinamização da tortura que a prisão para as militantes se configurava diferente de sua origem de funcionalidade. Dito de outro modo, a dinâmica do aprisionamento possui um sentido primeiro de modificar um indivíduo entendido como delinquente ou margeante de uma norma. Essa é a hipótese trazida por Michel Foucault sobre o nascimento da prisão, o qual dirá (Foucault, 2006, p. 131-132):

Minha hipótese é que a prisão esteve, desde sua origem, ligada a um projeto de transformação dos indivíduos. Habitualmente se acredita que a prisão era uma espécie de depósito de criminosos, depósito cujos inconvenientes se teriam constatado por seu funcionamento, de tal forma que se teria dito ser necessário reformar as prisões, fazer delas um instrumento de transformação dos indivíduos. Isto não é verdade: os textos, os programas, as declarações de intenção estão aí para mostrar. Desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. Foi então que houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinquentes servem para alguma coisa. Por exemplo, no proveito que se pode tirar da exploração do prazer sexual [...]”

Ser mulher e militante fazia parte da inconveniência moral, taxando as identidades dessas mulheres como delinquentes, subversivas e induzidas politicamente a participarem das investidas contra a Ditadura Militar. Colling (1997) constatou que nas suas entrevistas com ex-militantes de organizações de esquerda que haviam sido presas, todas disseram que foram interrogadas e zombadas pelos militares que supunham que elas não haviam entrado na luta política por vontade própria. Para que elas fizessem o que estavam fazendo, era preciso que um homem tivessem-nas induzido. Esse argumento é corriqueiro nas separações conjugais. Típico de um machismo arrefecido, é comum os homens não aceitarem o término da relação com suas companheiras supondo eles que há, por trás da decisão da mulher, um agente masculino conferindo-lhe força para tal intento. “A

consequência natural deste estado das coisas seria que, uma vez que toda a sua vida depende do fato de conseguir um bom senhor, ela deveria ter permissão para mudar várias vezes até encontrar um." (Mill, 2019, p. 45). Ou seja, para o pensamento machista, e comungado à fechada noção hierárquica existente no meio militar, a mulher jamais poderia ser livre em corpo, muito menos nas ideias políticas. Ela sempre estaria em um ciclo de simplória mudança de “senhores” tal qual nos tempos feudais (Saad, 2010).

Assim, mulheres aprisionadas, acusadas de militância política subversiva, eram a constituição, para a Ditadura, não só de sujeitos delinquentes, mas se valendo da narrativa da delinquência, o regime também promovia a construção coletiva imaginária do “cidadão de bem” – ou da boa mãe de família – em oposição ao marginal. É imperativo que o discurso militar se mesclava ao tom cristianizador, de caráter maniqueísta da antigüíssima rivalidade entre o bem e o mal, para conferir aos seus agentes militares o caráter não de torturador e violador da humanidade alheia, mas de justiceiros – designados pelo próprio Divino – para recolocarem o Brasil nos trilhos da boa moralidade, da prosperidade econômica, do bom comportamento e da estética higienizada. Acerca da noção de respeitabilidade e prestígio social que o justiceiro moderno goza para perpetrar a barbárie e ser visto como justo, observa o filósofo Friedrich Wilhelm Nietzsche (2019, p. 49-50):

Na verdade, ninguém tem no mais alto grau direito à nossa veneração senão aquele que possui o instinto e a força para fazer justiça. De fato, na justiça se unem e se abrigam as virtudes mais elevadas e mais raras como num mar insondável que recebe rios de todos os lados e os absorve. A mão do justo que é autorizada a fazer justiça não treme mais quando segura a balança. Inflexível por si mesmo, o justo acrescenta um peso a outro. Seus olhos não se perturbam quando os pratos sobem e descem e sua voz não é nem dura nem titubeante quando pronuncia a sentença. Se fosse um frio demônio do conhecimento, espalharia em torno dele a atmosfera glacial de uma majestade sobre-humana e assustadora que se deveria temer e não venerar. Mas é um homem e, no entanto, tenta se elevar da dúvida indulgente à austera certeza, de uma indulgente tolerância ao imperativo ‘tu deves’, da rara virtude da generosidade à virtude mais rara ainda da justiça; assemelha-se a esse demônio, sem ser na origem outra coisa que um pobre homem; em cada momento expia a si mesmo sua humanidade, é roído por aquilo que há de trágico numa virtude impossível. [...]

Como nos assegura as investigações dos cientistas sociais, principalmente as investigações dos estudos pós-estruturalistas (Lins; Braga, 2009; Junqueira, 2009; Louro, 2014; Silva Junior et. al, 2019) a ideia de “instinto” e de “força” pode facilmente ser



construída em dado momento histórico abrigando insondáveis rios, como afirmou anteriormente Nietzsche, que se unem e abrigam – constroem – “virtudes”, que objetivamente cada época possui o seu conceito do que seja “virtude”. Virtuosos nos idos 1964 eram os algozes de toda e qualquer pessoa que se insurgisse contra o golpe instaurado no país. É consenso entre os historiadores nestes estudos citados que signos religiosos foram muito arrolados para sustentar um regime tirano e de superficialidade. Ademais, “Quem observou bem o universo, adivinha facilmente quanta sabedoria existe no fato dos homens serem superficiais. É seu instinto de conservação que lhes ensina a ser levianos, volúveis e falsos” (Nietzsche, 2017, p. 72). Essa percepção turvada da tirania que se mostra erigida, às vezes, é também um caminho menos sofrível de se estar no curso da história. A sociedade percebia o que estava acontecendo com as minorias, com os negros, com as mulheres, mas havia um senso de preservação que a impedia de agir energeticamente de maneira molecular, era preciso uma ação coletivo, que se verá com maior agudeza a partir dos anos de 1980.

Considerações finais

Percebe-se que os métodos utilizados pela ditadura para torturar mulheres era sempre os mesmos: encapuzar a vítima, com isso obter a vedação dos olhos, e impor terror e medo com ameaças que iam desde o estupro ao aprisionamento e possível tortura de seus filhos. Essa metodologia de ameaçar os familiares das mulheres se estendia aos mais frágeis: outras mulheres parentes, ou idosos. Essas torturas tinham um caminho próprio: o corpo. O corpo da mulher, cheio de marcas já colocadas pelo sexismo, era o caminho privilegiado para a tortura psicológica, bem como o toque no corpo nu. Diferentemente dos dados de homens, ex-militantes, colhidos por Colling (1997), nenhum deles relatou terem os seus corpos sido abusados ou violados com apertos no seio, nas nádegas etc.

As torturas impostas ao homem eram completamente diferentes das impostas às mulheres. Essas torturas eram sempre praticadas em residências do subúrbio dos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. O período mais duro do regime militar foi o da presidência do general Ernesto Geisel. Endurecimento que já havia se iniciado com a edição do AI-5. Empossado em 15 de março de 1974 – quando já havia forte embate



popular contra o regime militar – o general criou um ambiente de verdadeiro jogo de gato e rato, destruindo parte das organizações da esquerda revolucionária. Mas também podemos concluir que foi nesse período que o regime militar começou a sentir de fato o desmoronamento de sua narrativa heroica, que se dizia a única solução para o país. Isso se deveu em parte pela hiperinflação, provocada pela dramática explosão do preço do petróleo em um país que era o terceiro importador mundial do produto. Algo que vale salientar nestas considerações finais é o paradoxismo nas ações de Geisel: ele foi o presidente que mais utilizou o AI-5 para mandar prender opositores, mas também foi o general que desencadeou o processo de abertura política no país, deixando a continuidade final para o seu sucessor, João Figueiredo.

Retornando à questão feminina, podemos concluir que havia dois adjetivos básicos para se enquadrar a mulher militante: comunista e puta. Ambos eram usados para imprimir na vítima a identidade da delinquente, como mostramos anteriormente. Mas uma delinquente que serviria como exterior constitutivo da “boa mãe de família”, daquela mulher que não abandona o lar e tem como recompensa a proteção do marido e do Estado. Já o homem de esquerda, também entendido como militante delinquente, ajudará a formar a coletiva imagem do homem honesto, justo, que segue os bons preceitos da família nuclear e que, por isso, por ser justo de maneira quase divina, pode ser o justiceiro da nação. Justiceiro digno de veneração e não repulsa. Nisto conclui-se a participação ímpar da religião.

Referências

CAMARGO, Zeca. **Elza**. ed.: 1. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. ed.: 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

COLLING, Ana Maria. **A Cidadania da Mulher Brasileira**: uma genealogia. ed.: 1. São Leopoldo: Oikos, 2021.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. ed.: 1. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. **Tempos Diferentes Discursos Iguais**: a construção histórica do corpo feminino. ed.: 1. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019.



COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da Ditadura e da abertura: Brasil 1964-1985** ed.: 1. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória.** ed.: 1. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** ed.: 22. Organização e Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Omnes et singulatum*: Por uma crítica da “razão política”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.26, p. 77-99, mar. 1990.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade.** ed.: 29. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

LINS, Regina Navarro. BRAGA, Flávio. **O livro de ouro do sexo.** ed.: 1. Rio de Janeiro: Quorum Editora Ltda, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** ed.: 16. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres.** ed.: 1. Tradução: Débora Ginza. São Paulo: Lafonte, 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Da militância contra a Ditadura nasceu a geração contemporânea do feminismo brasileiro. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, n. 113, p. 16-18, fev. 2015.

MORAES, Maria Lygia Quartim de; PEDRO, Joana Maria. Revolução feminista iniciada nos anos 70 alterou cabeças, corpos e comportamentos. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, n. 113, p. 30-33, fev. 2015.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do Bem e do Mal: Prelúdio de uma Filosofia do Futuro.** ed.: 1. Tradução: Antonio Carlos Braga. São Paulo: Lafonte, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Da utilidade e do inconveniente da história para a vida.** ed.: 1. Tradução: Antônio Carlos Braga e Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2019.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade.** ed.: 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SAAD, Martha Solange Scherer. A evolução jurídica da mulher na família. In: BERTOLINI, Patrícia Tuma Martins. ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torenzan (Orgs.). **Mulher, Sociedade e Direitos Humanos.** São Paulo: Rideel, 2010. p. 1-36.

SADER, Emir. **O anjo torto: Esquerda (e direita) no Brasil.** ed.: 1. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Francisco Assis. **História do Brasil.** ed. 1. São Paulo: Moderna, 1992.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves; SALES, Sandra; SILVA, Tiago Dionísio (orgs.). **Direitos Humanos na Educação Básica: diálogos e interseccionalidades.** Curitiba: CRV, 2019.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reinvindicação dos Direitos da Mulher.** Tradução: Celina Vergara. ed.: 1. São Paulo: Lafonte, 2020.



Vídeos do Youtube

PRIORE, Mary del. **Sexualidade e Erotismo na História do Brasil**. Youtube, 13 de out., 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QD9tJMuFNfE>. Acesso em: 30/12/2021.

Canal 8. **É arquivo é Canal**. Elis. Youtube, sem data. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z8fOvojcPMc>. Acesso em: 30/12/2021.

DENARDE, Gisele. **O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias**. Youtube, 2 de jan., 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yplwrQIWgIw&list=PLteda7XW1VIODezcXaYhjZkDqYUpXRY2a>. Acesso em: 30/12/2021.

RODRIGUES, Davi. **Verdade 12.528**. Youtube, 6 de mar., 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=719OJOGfOc>. Acesso em: 30/12/2021.

MICABEZA. **O que É Isso, Companheiro?**. Youtube, 7 de fev. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3nbAga4MjwE>. Acesso em: 30/12/2021.

MOVIES, Mega HD. **Batismo de Sangue**. Youtube, 6 de jul., 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YuwY9vkkAYw>. Acesso em: 30/12/2021.